



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000413434

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2112023-78.2025.8.26.0000, da Comarca de Valinhos, em que é agravante MUNICÍPIO DE VALINHOS, são agravados EVANDRO RICARDO DE SOUZA e JOSÉ RAIMUNDO LEITE.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 18ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores WANDERLEY JOSÉ FEDERIGHI (Presidente sem voto), HENRIQUE HARRIS JÚNIOR E RICARDO CHIMENTI.

São Paulo, 29 de abril de 2025.

FERNANDO FIGUEIREDO BARTOLETTI

Relator

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 11489

Agravo de instrumento nº2112023-78.2025.8.26.0000

Comarca: Valinhos

Agravante: Município de Valinhos (exequente)

Agravados: Jose Raimundo Leite e Evandro Ricardo de Souza (executados)

Ementa: Agravo de instrumento – Execução fiscal – IPTU dos exercícios de 2015 a 2018 – Município de Valinhos – Executado citado pela via postal que não pagou a dívida ou nomeou bens à penhora no prazo legal – Exequente pedindo o bloqueio de ativos financeiros do devedor, o que foi deferido – Juízo *a quo* consignando, entretanto, que “*Em caso de resultado negativo da constrição, arquivem-se os autos nos termos da Lei nº 6.830/80, artigo 40 e parágrafos, sem baixa na distribuição, independentemente de nova deliberação do juízo e intimação da parte*” – Insurgência da Municipalidade – Acolhimento – Medida questionada (arquivamento dos autos após o resultado negativo de bloqueio de ativos financeiros, sem a intimação do exequente, com fundamento no art. 40, da LEF) que está em desacordo com a tese jurídica firmada pelo C. STJ no tema de recursos repetitivos nº 566 – Termo inicial do prazo da suspensão prevista no art. 40, *caput* e § 1º e § 2º, da LEF, que é demarcado na ciência do exequente quanto à inexistência de bens penhoráveis, logo, inviável considerar que referido prazo tem início sem a devida ciência do credor, notadamente porque, decorrido o prazo de suspensão, inicia-se automaticamente o prazo prescricional quinquenal intercorrente, conforme igualmente pacificado pela mesma Corte Superior no tema de recursos repetitivos nº 567 – Súmula nº 316, do C. STJ – Decisão reformada na parte que consignou a desnecessidade de intimação da Fazenda Pública quanto ao resultado da tentativa de bloqueio de ativos financeiros – Recurso provido para o fim de determinar a intimação pessoal da Municipalidade (artigos 25, da LEF, e 183, do CPC) quanto ao resultado da tentativa de penhora “on line”.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo **Município de Valinhos** contra decisão proferida em execução fiscal ajuizada contra **Jose Raimundo Leite e Evandro Ricardo de Souza** (processo nº1501207-86.2019.8.26.0650), relativa a débitos de IPTU dos exercícios de 2015 a

2018 (fls.1/5).

Naqueles autos, o coexecutado Evandro foi citado pela via postal (fls.8), porém, não pagou a dívida ou nomeou bens à penhora.

O devedor, contudo, firmou acordo de parcelamento administrativo, o que foi noticiado nos autos, com determinação de sobrestamento do feito (fls.15/18).

Ocorreu que o ajuste foi descumprido, assim, o exequente pediu o bloqueio de ativos financeiros do devedor (fls.21), juntando extrato atualizado da dívida (fls.22), o que foi deferido pela r. decisão de fls.23.

O Juízo *a quo*, entretanto, consignou que *“Em caso de resultado negativo da constrição, arquivem-se os autos nos termos da Lei nº 6.830/80, artigo 40 e parágrafos, sem baixa na distribuição, independentemente de nova deliberação do juízo e intimação da parte”* (fls.23).

Inconformada com a referida determinação do Juízo de primeiro grau, a Municipalidade interpôs o presente agravo de instrumento defendendo que a medida “fere o contraditório e a ampla defesa”, invocando o disposto nos artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10, do CPC. Aponta que *“tal decisão impede na prática que a Fazenda Pública possa se manifestar de forma adequada a respeito do andamento das execuções fiscais”*, sustentando que as partes devem ser “informadas sobre todos os atos processuais”, pontuando os artigos 25 e 40, § 1º e § 4º, da LEF, e 183, § 1º, do CPC, e ponderando a respeito das demandas envolvendo a Fazenda Pública e da necessidade da intimação pessoal. Ao final, aduz que, atualmente, “o modelo processual é cooperativo”, destacando que *“mesmo que a penhora on-line reste negativa, a Municipalidade deve ser intimada para que possa dar o devido andamento processual, visando receber valores cobrados na execução, já que ainda existem diversas outras formas de ver o seu direito satisfeito, o que foi reconhecido inclusive no Anexo III (Protocolo de Execução), do Termo de Cooperação Técnica 076/2024, ao qual o Município de Valinhos aderiu em 15/05/2024”*. Pugna, assim, pelo provimento do recurso *“para o fim de cassar a decisão agravada, quanto à possibilidade de arquivamento da execução fiscal sem a devida intimação da Fazenda Pública, caso a penhora on-line reste negativa, determinando que a Municipalidade seja intimada de forma pessoal, independentemente do resultado da penhora on-line, para que possa dar os devidos andamentos processuais”* (fls.1/8).

Recurso tempestivo e dispensado de preparo.

É o relatório.

Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, conheço o agravo de instrumento interposto pelo Município de Valinhos.

Preliminarmente, destaque-se que o agravo comporta imediato julgamento, independentemente da abertura de prazo para apresentação de contraminuta, sendo certo que, embora citado pela via postal (fls.8), o coexecutado não constituiu advogado nos autos e o inciso V do artigo 932 e o incisos II e III do artigo 1.019, ambos do CPC, devem ser interpretados sob a luz do Contraditório Útil, ou seja, o da eficiência indicada na parte final do artigo 8º do CPC.

Nesse sentido, oportuno destacar a orientação emanada dos Enunciados nº 3, 5 e 6 da ENFAM, *in verbis*:

3) “É desnecessário ouvir as partes quando a manifestação não puder influenciar na solução da causa”.

5) “Não viola o art. 10 do CPC/2015 a decisão com base em elementos de fato documentados nos autos sob o contraditório”.

6) “Não constitui julgamento surpresa o lastreado em fundamentos jurídicos, ainda que diversos dos apresentados pelas partes, desde que embasados em provas submetidas ao contraditório”.

Respeitado o entendimento adotado pelo Juízo *a quo*, o recurso deve ser acolhido para o fim de determinar a intimação pessoal da Municipalidade (artigos 25, da LEF, e 183, do CPC) quanto ao resultado da tentativa de penhora “on line”.

Isso porque a medida questionada (arquivamento dos autos após o resultado negativo de bloqueio de ativos financeiros, sem a intimação do exequente, com fundamento no art. 40, da LEF) está em desacordo com a tese jurídica firmada pelo C. STJ no tema de recursos repetitivos nº 566, assim redigida:

“O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo

prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução.” (REsp. nº1.340.553-RS, rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 12/09/2018, grifei).

Na hipótese, o termo inicial do prazo da suspensão prevista no art. 40, *caput* e § 1º e § 2º, da LEF, é demarcado na ciência do exequente quanto à inexistência de bens penhoráveis, logo, inviável considerar que referido prazo tem início sem a devida ciência do credor, notadamente porque, decorrido o prazo de suspensão, inicia-se automaticamente o prazo prescricional quinquenal intercorrente, conforme igualmente pacificado pela mesma Corte Superior no tema de recursos repetitivos nº 567 (“*Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável*”).

No mesmo sentido, a Súmula nº 314, do C. STJ:

“Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente.”

Em resumo, diante da necessidade da ciência da Fazenda Pública quanto ao resultado da tentativa da penhora “on line”, descabida a remessa dos autos ao arquivo, sem a prévia intimação da parte.

Nessa direção, precedente destas Câmaras especializadas:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – Execução Fiscal – ISSQN e Multa – Exercício de 1999 – Exceção Prévia de Executividade rejeitada – Alegação de prescrição intercorrente, multa confiscatória e inconstitucionalidade dos critérios de atualização e dos juros

previstos na lei municipal – INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO – Inexistência de intimação da exequente para impulsionar o andamento do feito – LEF, art. 40 - Entendimento prevalente do STJ, objeto do REsp 1.340.553/RS, submetido à sistemática dos artigos 1.036 e segts. do CPC – Decisão mantida nessa parte (...) (TJSP; Agravo de Instrumento 2169931-64.2023.8.26.0000; Relator (a): Octavio Machado de Barros; Órgão Julgador: 14ª Câmara de Direito Público; Foro de Campinas - SEF - Setor de Execuções Fiscais; Data do Julgamento: 07/03/2024; Data de Registro: 08/03/2024)

Deste modo, a r. decisão atacada fica reformada na parte que consignou a desnecessidade de intimação da Fazenda Pública quanto ao resultado da tentativa de bloqueio de ativos financeiros, como pretendido pela Municipalidade.

Acolhido o recurso e ausente o arbitramento de verba honorária nesta fase processual, deixo de aplicar o disposto no art. 85, § 11, do CPC (sucumbência recursal).

Por fim, é de se esclarecer que é considerada prequestionada toda matéria infraconstitucional e constitucional, observando-se que é pacífico no Superior Tribunal de Justiça que, tratando-se de prequestionamento, é desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais, bastando que a questão posta tenha sido decidida.

E mais, os embargos declaratórios, mesmo para fins de prequestionamento, só são admissíveis se a decisão embargada estiver eivada de algum dos vícios que ensejariam a oposição dessa espécie recursal (EDROMS-18205/SP, Ministro FELIX FISCHER, DJ-08.05.2006 p.240).

Ante o exposto, **dá-se provimento ao recurso para o fim de determinar a intimação pessoal da Municipalidade (artigos 25, da LEF, e 183, do CPC) quanto ao resultado da tentativa de penhora “on line”.**

FERNANDO FIGUEIREDO BARTOLETTI

Relator